

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A presente contratação tem como objetivo a aquisição de mobiliários destinados às Unidades de Saúde e à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município de Dois Vizinhos, visando aperfeiçoar as condições estruturais e funcionais dos ambientes de atendimento e trabalho, promovendo melhor acolhimento aos pacientes e condições adequadas aos profissionais de saúde.

A necessidade da contratação fundamenta-se na demanda por renovação e adequação do mobiliário existente, considerando o desgaste natural decorrente do uso contínuo e a ampliação dos serviços ofertados pela rede municipal de saúde. A aquisição dos novos itens permitirá melhor organização dos espaços, aumento da eficiência operacional e maior conforto e segurança no atendimento à população.

Importa ressaltar que os recursos financeiros para esta aquisição são oriundos da Resolução SESA nº 1364/2025, a qual destinou verbas específicas para o fortalecimento da infraestrutura física das unidades de saúde municipais. Dessa forma, a contratação busca atender integralmente aos objetivos e finalidades previstos na referida resolução, assegurando a correta aplicação dos recursos e o cumprimento das metas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Saúde.

Com este investimento, a Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos reforça seu compromisso com a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, a humanização do atendimento e o fortalecimento da rede



assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para ambientes mais eficientes, seguros e acolhedores tanto para os usuários quanto para os profissionais.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para a definição da solução mais adequada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, foi realizado um levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para o fornecimento de mobiliários destinados às Unidades de Saúde e à Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Durante o levantamento, foram avaliadas diferentes opções de aquisição, levando-se em consideração aspectos técnicos, funcionais, econômicos e operacionais, bem como as condições de qualidade, durabilidade, garantia e conformidade com normas técnicas aplicáveis (ABNT, INMETRO, ISO, ANVISA e Ministério da Saúde). Foram consideradas, de forma comparativa, as seguintes alternativas de solução:

- Aquisição direta de mobiliário novo, mediante processo licitatório específico;
- Reforma ou reaproveitamento do mobiliário existente;
- Locação de mobiliário por tempo determinado.

Após análise, concluiu-se que a aquisição de mobiliário novo é a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, uma vez que:

- Garante maior durabilidade e menor necessidade de manutenção a curto e médio prazo;
- Proporciona adequação às normas de segurança, ergonomia e acessibilidade, exigidas para ambientes de saúde;



- Elimina custos recorrentes de locação ou de reformas com baixa relação custo-benefício;
- Permite a padronização do mobiliário nas unidades, promovendo melhor organização e uniformidade visual e funcional dos espaços.

Do ponto de vista econômico, a aquisição direta representa melhor aproveitamento dos recursos públicos, especialmente considerando que o investimento será custeado com recursos provenientes da Resolução SESA nº 1364/2025, destinados à estruturação e modernização da rede de saúde municipal.

Assim, a escolha pela compra de mobiliário novo mostra-se a solução tecnicamente mais adequada e economicamente mais eficiente, atendendo plenamente aos objetivos de melhoria da infraestrutura, qualificação dos ambientes de atendimento e otimização dos serviços prestados à população.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x)

Não ()

O objeto da presente contratação não envolve a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra nem caracteriza cessão de mão de obra para fins tributários, nos termos do art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006. Assim, não há impedimento legal para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, desde que atendam às demais exigências legais e editalícias aplicáveis. Caberá à licitante comprovar, no momento oportuno, seu enquadramento e regularidade fiscal conforme a legislação vigente.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim ()

Não (x)



A vedação à participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio fundamenta-se no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto da contratação possui natureza comum, baixa complexidade técnica e pode ser plenamente executado por uma única empresa especializada. A admissão de consórcios não se mostra necessária para garantir a competitividade do certame, podendo, inclusive, dificultar a gestão contratual, a fiscalização da execução e a responsabilização das contratadas.

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não ()

Da vedação à subcontratação

Não será permitida a subcontratação do objeto, total ou parcialmente. A vedação à subcontratação justifica-se pela necessidade de assegurar a integral responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto, garantindo a padronização da instalação, a qualidade dos materiais empregados, a compatibilidade técnica entre os equipamentos fornecidos e os serviços executados, bem como a adequada funcionalidade e segurança do sistema a ser implantado.

Além disso, considerando a complexidade técnica do objeto e a necessidade de integração entre fornecimento, instalação, configuração e funcionamento do sistema, a execução por uma única empresa contratada permite maior controle administrativo, eficiência na fiscalização contratual e mitigação de riscos relacionados à fragmentação das responsabilidades.

A presente vedação encontra amparo no art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a restringir a subcontratação quando tal medida for necessária ao interesse público e à adequada execução do contrato.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes não será permitida, considerando que o objeto da contratação possui especificidades técnicas e quantitativos definidos conforme a necessidade exclusiva da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24H).



A vedação visa preservar o adequado planejamento da contratação, garantir o controle da execução contratual e evitar prejuízos à qualidade e à economicidade do objeto originalmente licitado.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Conclui-se pela adoção do parcelamento da contratação por itens, de modo que não haverá obrigatoriedade de contratação de uma única empresa para o fornecimento de todos os itens, possibilitando a participação de diferentes fornecedores conforme sua especialidade e capacidade técnica. Essa forma de aquisição promove maior competitividade, amplia o universo de participantes e favorece a obtenção de condições comerciais e preços unitários mais vantajosos para a Administração, sem prejuízo da eficiência administrativa e da adequada execução do objeto.

Embora a contratação envolva itens distintos, como mobiliário e aparelhos de ar-condicionado, todos se destinam à estruturação e adequação funcional dos mesmos ambientes, sendo complementares entre si para garantir condições adequadas de uso, conforto térmico, ergonomia e qualidade no atendimento prestado à população. A contratação por itens, devidamente especificados, permite assegurar a compatibilidade técnica, dimensional e operacional entre os bens adquiridos, mantendo a harmonização dos espaços físicos.

Ressalta-se que o parcelamento por itens não compromete a padronização dos ambientes nem a integração dos bens adquiridos, desde que observadas as especificações técnicas estabelecidas, ao mesmo tempo em que reduz riscos de restrição à competitividade e possibilita melhor gestão dos recursos públicos, com controle individualizado dos fornecimentos, contratos e fiscalizações.

Importa destacar que os recursos financeiros destinados à presente contratação são oriundos da Resolução SESA nº 1364/2025, a qual contempla a aquisição dos itens necessários à estruturação dos espaços, sendo compatível



com a contratação parcelada por itens, desde que atendidas as finalidades previstas na referida norma.

Dessa forma, a contratação por itens mostra-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, administrativo e econômico, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e competitividade.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

As quantidades de mobiliários foram definidas com base em um estudo criterioso das necessidades reais das Unidades de Saúde e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), considerando diversos fatores técnicos e operacionais, tais como: a demanda atual e projetada de atendimentos, a capacidade instalada das unidades, o crescimento esperado dos serviços, a disponibilidade orçamentária e as características específicas de cada item a ser adquirido.

O dimensionamento também levou em conta situações programadas e eventuais demandas emergenciais, assegurando que a rede municipal de saúde esteja preparada para responder de forma ágil e eficiente a cenários de aumento de demanda ou de necessidade imediata de reposição.

Cada item foi analisado de forma detalhada e fundamentada, de modo a garantir o uso racional dos recursos públicos e o atendimento integral das necessidades da população, proporcionando ambientes adequados, funcionais e confortáveis.

Essa previsão busca, portanto, assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde, contribuindo diretamente para a promoção do bem-estar dos pacientes, a valorização dos profissionais de saúde e o fortalecimento da estrutura assistencial do município de Dois Vizinhos.



5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado para a presente contratação foi definido a partir de um levantamento de preços junto ao mercado, considerando cotações obtidas com fornecedores do ramo e consultas a bases de dados públicas e especializadas. O estudo resultou em uma média de R\$ 497.412,00 (quatrocentos e noventa e sete mil quatrocentos e doze reais) para o conjunto de mobiliários necessários ao atendimento das demandas das Unidades de Saúde e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município de Dois Vizinhos.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

7. Análise de Riscos – Aquisição de Mobiliários da Saúde (Recursos SESA)

Risco	Dano	Ação Preventiva	Ação de Contingência
Especificação técnica inadequada	Aquisição de mobiliário incompatível com as necessidades das unidades de saúde	Elaboração de termo de referência detalhado, com participação de equipe técnica e usuários finais	Solicitar substituição do item ou realizar ajustes contratuais conforme legislação
Entrega fora do prazo	Prejuízo ao funcionamento das unidades de saúde	Estabelecer prazos claros e penalidades contratuais	Aplicação de sanções previstas e acionamento do segundo colocado
Mobiliário em desacordo com normas sanitárias	Risco à segurança de profissionais e pacientes	Exigir conformidade com normas da ANVISA e ABNT	Substituição imediata dos itens não conformes
Danos aos móveis durante o transporte	Perda de recursos públicos e atraso na instalação	Exigir embalagem adequada e seguro de transporte	Solicitar reposição dos itens danificados ao fornecedor
Fornecedor com dificuldades financeiras	Interrupção do fornecimento	Análise de capacidade técnica e financeira do fornecedor	Rescisão contratual e contratação do fornecedor remanescente



Desvio de finalidade dos recursos	Irregularidades administrativas e sanções legais	Controle interno rigoroso e acompanhamento da execução financeira	Apuração administrativa e devolução dos recursos, se necessário
Falta de fiscalização da entrega	Recebimento de mobiliário incompleto ou inadequado	Designação formal de fiscal do contrato	Registro de ocorrência e exigência de correção pelo fornecedor
Incompatibilidade com o espaço físico	Subutilização ou necessidade de adaptação do ambiente	Vistoria prévia das unidades e validação das medidas	Realocação dos móveis ou troca por modelos adequados

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

A solução proposta consiste na aquisição de mobiliários novos e de qualidade, destinados às Unidades de Saúde e à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município de Dois Vizinhos, visando atender às necessidades estruturais, funcionais e assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação tem por objetivo substituir e complementar o mobiliário existente, adequando os ambientes às demandas atuais de atendimento, garantindo melhores condições de trabalho aos profissionais e maior conforto e segurança aos pacientes. Os itens a serem adquiridos deverão atender integralmente às especificações técnicas definidas no Termo de Referência, observando as normas da ABNT, INMETRO, ISO, ANVISA e Ministério da Saúde, conforme aplicável.

A solução contempla o fornecimento, entrega, montagem e instalação completa dos mobiliários, nos locais indicados pela Administração, assegurando o pleno funcionamento e a adequação dos espaços físicos.

Os fornecedores deverão garantir assistência técnica e manutenção durante o período de garantia, conforme estabelecido no edital, responsabilizando-se pela substituição de peças e correção de eventuais defeitos sem ônus adicional para a Administração Pública.

Com a implementação desta solução, espera-se melhorar a infraestrutura das unidades de saúde, otimizar o desempenho das equipes e aprimorar a



experiência de atendimento aos usuários, em consonância com os princípios de eficiência, qualidade e humanização que regem os serviços públicos de saúde.

Além disso, a execução desta contratação atende à aplicação dos recursos previstos na Resolução SESA nº 1364/2025, destinados à estruturação e fortalecimento das unidades de saúde municipais, assegurando o uso adequado dos recursos públicos e o cumprimento das metas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Saúde.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos para a contratação, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de fornecimento ou serviços com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, devidamente registrado no respectivo órgão de classe, quando aplicável;

b) Comprovação de conformidade dos produtos a serem fornecidos com as normas e especificações técnicas vigentes, observando, conforme o caso, os requisitos estabelecidos pela ABNT, INMETRO, ISO, ANVISA e Ministério da Saúde, garantindo a qualidade, segurança e desempenho dos materiais ofertados.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.



A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada obriga-se a realizar a prestação dos serviços ou a efetuar a entrega dos produtos em conformidade com os prazos, locais, quantidades e demais condições estabelecidas, atendendo às necessidades da Contratante definidas no Termo de Referência e observando rigorosamente os critérios técnicos e operacionais previstos no instrumento contratual.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

**INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

() SIM

(x) NÃO

10. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Justificativa para não exigência de atestado de qualificação técnica

Considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de mobiliários, trata-se de fornecimento de bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, cuja fabricação e comercialização não demandam conhecimento técnico especializado, experiência prévia comprovada ou execução de serviços complexos.

A exigência de atestado de qualificação técnica, nesse contexto, não se mostra necessária nem proporcional, uma vez que a capacidade do fornecedor para cumprir o objeto contratual pode ser adequadamente aferida por outros meios, tais como a comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, bem como pela conformidade dos produtos às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

Ademais, a imposição de atestado técnico poderia restringir indevidamente a competitividade do certame, em afronta aos princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme dispõe a legislação vigente aplicável às contratações públicas.

Ressalta-se, ainda, que a qualidade dos mobiliários será assegurada por meio de especificações técnicas claras, critérios objetivos de aceitação, exigência de garantia mínima e verificação dos produtos no momento do recebimento, mecanismos suficientes para resguardar o interesse público e a adequada execução do contrato.



Dessa forma, justifica-se a não exigência de atestado de qualificação técnica, por não agregar vantajosidade técnica ou econômica à contratação e por não se mostrar compatível com a natureza do objeto.

Qualificação Econômico-Financeira:

Garantir que os licitantes tenham uma situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades do contrato, demonstrando que a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações financeiras, como pagamento de fornecedores, salários e impostos, evitando inadimplência. Evitando riscos de falência ou dificuldades financeiras, que possam comprometer a execução do contrato e o interesse da administração pública.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

12. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

A aquisição dos mobiliários, nas quantidades e especificações apresentadas, representa um marco importante no processo de modernização, reestruturação e fortalecimento da rede municipal de saúde. Trata-se de uma ação estratégica que visa aprimorar as condições físicas e operacionais das Unidades de Saúde



e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), promovendo um ambiente mais funcional, acolhedor e seguro para pacientes e profissionais. Os benefícios esperados com a implementação desta iniciativa incluem:

1. **Melhoria na Qualidade dos Serviços de Saúde:** Ambientes bem equipados e organizados proporcionam melhores condições de atendimento, conforto e segurança aos usuários, refletindo diretamente na satisfação da população.
2. **Aumento da Eficiência Operacional:** Mobiliários adequados e ergonômicos facilitam o desempenho das atividades diárias dos profissionais de saúde, otimizando fluxos de trabalho, reduzindo o tempo de atendimento e aprimorando a produtividade das equipes.
3. **Modernização e Adequação das Estruturas Físicas:** Substituição de móveis obsoletos, danificados ou inadequados por itens modernos, resistentes e adaptados às normas técnicas vigentes, garantindo funcionalidade, durabilidade e conformidade regulatória.
4. **Disponibilidade e Padronização dos Recursos:** Assegura que todas as unidades de saúde municipais disponham de mobiliário suficiente e padronizado, promovendo a uniformidade e a eficiência no uso dos espaços públicos.
5. **Promoção da Saúde e Bem-Estar dos Pacientes:** Ambientes mais confortáveis e humanizados contribuem para o acolhimento e o bem-estar dos pacientes, reforçando o compromisso com o cuidado integral e a humanização do atendimento.
6. **Redução de Custos Operacionais a Longo Prazo:** O investimento em mobiliário de qualidade e alta durabilidade reduz a necessidade de reposições frequentes e manutenção corretiva, resultando em economia de recursos públicos ao longo do tempo.
7. **Gestão Eficiente dos Recursos Públicos:** A aquisição planejada, fundamentada em critérios técnicos e de necessidade real, assegura a correta aplicação dos recursos disponibilizados, especialmente os



provenientes da Resolução SESA nº 1364/2025, destinados à estruturação e melhoria da infraestrutura de saúde municipal.

8. Atendimento às Demandas e Expectativas da População: Proporciona um serviço de saúde mais eficiente, acessível e humanizado, em consonância com as necessidades crescentes da comunidade e com os princípios de universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Essas ações reforçam o compromisso da Administração Municipal de Dois Vizinhos com a qualidade, a transparência e a eficiência na gestão da saúde pública, consolidando avanços significativos na infraestrutura e no atendimento prestado à população.

13. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)
o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de fornecimento adotado será o de entrega única e direta, conforme especificado no Termo de Referência, abrangendo o fornecimento integral dos mobiliários destinados às Unidades de Saúde e à Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

A adoção desse regime busca garantir padronização, agilidade na entrega e eficiência na implementação dos mobiliários, assegurando que todas as unidades recebam os itens em condições adequadas e dentro dos prazos estipulados.

Além disso, a aquisição em conjunto permite aproveitar os benefícios da economia de escala, reduzindo o custo unitário dos produtos e otimizando o uso dos recursos públicos. Essa medida favorece a racionalização dos processos administrativos e a celeridade na execução contratual, em conformidade com os princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.



14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Jaqueline Cordeiro dos Santos Almeida
Suplentes:	Rafael Rugerio Dutra

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Para esta contratação específica, não existem outras contratações associadas, complementares ou interdependentes relacionadas ao objeto em questão. Trata-se de uma aquisição independente, destinada exclusivamente ao fornecimento de mobiliários para as Unidades de Saúde e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município de Dois Vizinhos.

O processo não possui vínculo técnico, operacional ou financeiro com outras licitações ou contratos vigentes, sendo uma ação autônoma, voltada unicamente à modernização, renovação e adequação da infraestrutura física das unidades de saúde, em conformidade com os objetivos definidos e com os recursos disponibilizados pela Resolução SESA nº 1364/2025.



16. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A presente aquisição encontra-se prevista no Plano Anual de Compras/Contratações de 2025:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 7026 a 7028; 10230 a 10235; 10238 a 10245;
- IV) Classe/Grupo: 4120, 7125, 7110, 7195;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-11/2025 e 987541-136/2025;

17. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

18. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

O objeto da contratação — aquisição de mobiliários destinados às Unidades de Saúde e à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município de Dois Vizinhos — classifica-se como “bens e serviços comuns”, nos termos do art. 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133/2021.

Essa classificação se justifica porque os mobiliários a serem adquiridos possuem especificações usuais no mercado, amplamente disponíveis junto a diversos fornecedores, sem necessidade de desenvolvimento técnico ou projeto específico de engenharia. Trata-se, portanto, de bens cujas características



podem ser objetivamente definidas por meio de especificações técnicas usuais, marcas de referência e normas de desempenho e qualidade.

- (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

A presente contratação refere-se ao fornecimento contínuo de produtos (mobiliários) destinados às Unidades de Saúde e à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município de Dois Vizinhos.

Embora o fornecimento se realize de forma pontual, a natureza da contratação é classificada como “serviços e fornecimentos contínuos”, uma vez que visa suprir necessidades permanentes da Administração, relacionadas à estrutura física e operacional da rede municipal de saúde;

19. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Considerando a natureza do objeto – aquisição de bens de consumo comuns, com entrega imediata e integral –, não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, visto que a exigência de garantia neste caso seria desproporcional ao risco envolvido e poderia onerar desnecessariamente o certame.

Todavia, permanecem vigentes as responsabilidades legais e contratuais do fornecedor quanto à qualidade, integridade e conformidade dos produtos entregues, sendo aplicáveis as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório em caso de descumprimento contratual.

20. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º

inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.



Conclui-se pela viabilidade e adequação da presente contratação, uma vez que o fornecimento dos mobiliários e aparelhos eletrônicos atenderá de forma efetiva às necessidades das Unidades de Saúde e da Unidade de Pronto Atendimento – UPA do município, promovendo melhoria nas condições de trabalho dos profissionais, qualidade no atendimento aos pacientes e modernização da infraestrutura física da rede municipal de saúde.

A contratação demonstra-se tecnicamente justificada e economicamente vantajosa, considerando o levantamento de mercado realizado, a estimativa de custos e a compatibilidade com os recursos financeiros disponibilizados por meio da Resolução SESA nº 1364/2025.

Dessa forma, verifica-se que a aquisição proposta está alinhada ao interesse público, atende aos princípios da economicidade, eficiência e transparência e contribui diretamente para o fortalecimento e aprimoramento dos serviços de saúde prestados à população de Dois Vizinhos.

21. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concurso
- ☐ Leilão
- ☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.
- ☒ Não se aplica



Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
☐ Inexigibilidade de licitação.
☒ Não se aplica

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
☐ técnica e preço
☐ maior retorno econômico
☐ maior desconto
☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
☐ Fechado
☐ Aberto e Fechado
☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

- ☐ SIM
☒ NÃO

22. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ Recursos Próprios
☒ Recursos Estaduais
☐ Recursos Federais



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Eventual diferença de valores entre o montante estimado e o valor efetivamente contratado será custeada por recursos próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Dois Vizinhos, 12 de dezembro de 2025.

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde
Secretaria Municipal de Saúde
Matrícula Funcional 17949-1

ANDREA REGINA PELLIN CAGNINI

Agente Administrativo
Secretaria Municipal de Saúde
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19203-1





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2B41-8395-9C9A-1204

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LEIDIANE RIBEIRO (CPF 099.XXX.XXX-32) em 03/02/2026 10:34:46 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 03/02/2026 10:35:08 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



RAFAEL DUTRA (CPF 010.XXX.XXX-28) em 03/02/2026 10:37:45 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CLAUDETE MEURER (CPF 905.XXX.XXX-34) em 03/02/2026 10:51:09 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/2B41-8395-9C9A-1204>